

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE TECNOLOGIA
ARQUITETURA E URBANISMO

ANNA PAULA DO NASCIMENTO SEABRA

Hub Criativo: Economia Criativa e o desenvolvimento sustentável.

**Manaus
2021**

ANNA PAULA DO NASCIMENTO SEABRA

Hub Criativo: Economia Criativa e o desenvolvimento sustentável.

Relatório desenvolvido como requisito para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Amazonas.

Prof. Orientador: Taís Furtado.

Banca Examinadora

Raquel Cristina Brito dos Santos

Roger Pamponet da Fonseca

Vlândia Pinheiro Cantanhede Heimbecker

**Manaus
2021**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S438h Seabra, Anna Paula do Nascimento
Hub Criativo: Economia Criativa e o desenvolvimento sustentável
/ Anna Paula do Nascimento Seabra . 2021
35 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Taís Furtado Pontes
TCC de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. Economia Criativa. 2. Projeto Arquitetônico. 3.
Desenvolvimento Sustentável. 4. Hub. I. Pontes, Taís Furtado. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

Sumário

1.	Introdução	4
2.	Problematização e Justificativa	4
3.	Objetivos	5
3.1.	Geral.....	5
3.2.	Específicos	5
4.	Metodologia e Instrumentação	5
5.	Histórico do desenvolvimento econômico no Amazonas – Manaus	6
6.	Origem do termo desenvolvimento sustentável e economia verde	8
7.	Origem do termo economia criativa	10
8.	Conceituação de Hub Criativo e aplicação em Manaus	12
9.	Estudos de Caso	14
9.1.	Vila Flores.....	14
9.2.	CASA FIRJAN da Indústria Criativa.....	15
9.3.	Oficina de costura comunitária Amairis.....	17
10.	Diagnóstico do Local	19
10.1.	Localização do Lote	19
10.2.	Situação Atual	20
10.3.	Análise F.O.FA	21
10.4.	Topografia.....	23
10.5.	Análise Climática	24
10.6.	Análise das vias.....	24
10.7.	Análise sonora	25
10.8.	Legislação	25
11.	Proposta Projetual	27
11.1.	Conceito e Partido	27
11.2.	Programa de Necessidades	27
11.3	Implantação	29
11.4	Planta Baixa – Térreo.....	29
11.5	Planta Baixa – 2º Pavimento	30
11.6	Estrutura	30
11.7	Perspectivas.....	32
12.	Bibliografia	34

1. Introdução

Este relatório tem o objetivo apresentar o conceito de Hub Criativo e a sua relação com o desenvolvimento sustentável. Na problematização identifiquei a relação da cidade de Manaus com a imensidão da floresta amazônica que a cerca e a ausência de sincronismo entre a cidade e o meio ambiente, justificando a necessidade de um novo olhar no contexto em que a cidade se insere.

No desenvolvimento, apresento um breve histórico do desenvolvimento da cidade de Manaus e suas relações com os seus ciclos econômicos. Passando então para a conceituação do que seria desenvolvimento sustentável e sua origem, além também de conceituar o que seria economia verde. O próximo conceito a ser apresentado é o de economia criativa e a sua origem no mundo, subsequente ao entendimento deste conceito vem a definição de Hub Criativo e como esse conceito pode ser encontrado em diversas atividades e em diferentes instituições na cidade de Manaus.

Passado esta etapa de fundamentação teórica, a próxima etapa é a análise de estudos de caso, no qual foram escolhidos três projetos que apresentam como temática a economia criativa e sua aplicabilidade em seus diferentes formatos.

Desenvolvo na parte final a análise territorial do local escolhido para a implantação do projeto e o desenvolvimento de um ante projeto da proposta arquitetônica de um Hub Criativo voltado para economia criativa com foco no desenvolvimento sustentável que resulta das pesquisas feitas anteriormente.

2. Problematização e Justificativa

A realidade urbana da Cidade de Manaus vive o antagonismo em relação ao meio ambiente em que a cerca. Inserida no meio da Floresta Amazônica, cuja a mesma apresenta uma das mais ricas biodiversidade no mundo, no entanto a degradação de seus recursos naturais, derrubada de vegetação nativa, assoreamento e poluição dos igarapés são os principais fatores que ameaçam o futuro da cidade.

As cidades como sistemas complexos desenvolvem-se a partir de fatores sociais, culturais, econômicos e políticos. No entanto, percebe-se principalmente nas atividades econômicas uma força motriz na estruturação da cidade. Em Manaus não foi diferente, é perceptível ao se analisar que no decorrer da sua história e os seus diferentes ciclos econômicos, sempre tiveram grande impacto no seu desenvolvimento, no entanto sempre reproduzindo padrões de cidades, principalmente da Europa, com características bem diferentes da realidade amazônica. A floresta é entendida simplesmente como um insumo ou empecilho do seu desenvolvimento. Para Lefebvre (2011, p.124) "... é essencial não mais visar ao crescimento econômico pelo crescimento, ideologia "economicista" que acoberta intenções estratégicas: o superlucro e a superexploração capitalistas, o domínio do econômico (aliás fracassado, só por este fato) em proveito do Estado".

Do ciclo da borracha a Zona Franca de Manaus, a cidade sofre as consequências concentrando os investimentos, renda, poder e população, e ainda assim há grande disparidade na qualidade

urbana, perceptível principalmente nas áreas mais afastadas das áreas mais concentradoras de renda. Por tanto a busca por alternativas direcionadas a uma sociedade economicamente autônoma e sustentável, ecologicamente equilibrada é essencial (Pontes Filho, 2000).

Conceitos como economia criativa e economia verde surgem como alternativas. O primeiro pode ser definido como um conjunto de negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera valor econômico (UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2010). Enquanto que a visão de desenvolvimento sustentável inicia nos estudos do Clube de Roma, na qual especialistas alertam a humanidade para o risco de colapso ambiental em virtude do modelo industrialista implantado tanto nos países ricos quanto nos pobres, este alerta fez surgir as Conferências do Meio Ambiente, iniciadas em Estocolmo e que alcançou seu auge na ECO 92 no Rio de Janeiro. O seguinte termo, visa o uso sustentável dos recursos naturais, uma menor emissão de carbono e responsabilidade social. O desenvolvimento de uma edificação voltada para essas atividades e que ao mesmo tempo reflita a importância da floresta é objetivo do desenvolvimento desse projeto de arquitetura (Sachs, 1981).

3. Objetivos

3.1. Geral

Criar um espaço voltado para a economia criativa / economia verde com o objetivo de fomentar e fortalecer as trocas sociais locais, aumentando assim a percepção de como o meio ambiente em que estão inseridos, é relevante na possibilidade de alcançar o desenvolvimento econômico, ambiental e cultural do território.

3.2. Específicos

- Identificar atividades existentes no município de Manaus que trabalhem com atividades socioambientais que se encaixem como economia criativa ou verde;
- Conceber um espaço público qualificado para trocas e desenvolvimentos de atividades da economia criativa;
- Criar um equipamento comunitário atrativo;
- Elaborar um espaço cultural como nova opção de lazer.

4. Metodologia e Instrumentação

O desenvolvimento do trabalho será dividido em quatro etapas: Etapa de fundamentação teórica, estudos de caso, análise do lote e seu entorno, e Ante Projeto da proposta arquitetônica.

Na fundamentação teórica será relatada um resumo histórico do desenvolvimento econômico na Amazônia e Manaus, as origens dos termos desenvolvimento sustentável e economia verde, a origem do termo Economia Criativa e por fim a conceituação de Hub Criativo e a sua aplicação em Manaus.

Etapa de estudos de caso, no qual foram escolhidos três projetos para serem analisados sob diferentes aspectos, desde que tenham relação com o tema e proposições arquitetônicas. O primeiro foi a Vila Flores, localizado na cidade de Porto Alegre-RS, na qual se analisam as relações que ocorrem dentro do conjunto arquitetônico, voltado para a economia criativa. O segundo, a Casa FIRJAN, localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ, o qual é uma proposta de concurso onde pode se notar claramente o desenvolvimento de um projeto voltado para as variadas atuações dentro da Economia Criativa, nos aspectos empresarial, educacional e cultural. O terceiro, é a oficina de costura comunitária Amairis, localizado na Colômbia foi analisado como uma inspiração arquitetônica para o que se pretende produzir no desenvolvimento deste projeto.

Na etapa de análises do lote e seu entorno, foi o momento onde foram compilados os dados da legislação do local, feito estudos sobre as tipologia das vias, malha viária, equipamentos comunitários existentes próximos ao lote, topografia, ruídos, insolação e ventilação; além da análise SWOT, onde as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do local foram listadas.

E por fim a etapa de elaboração do projeto, na qual é feita uma síntese de todo o conteúdo abordado nos capítulos anteriores, resultando assim numa proposta arquitetônica em nível de Ante Projeto.

5. Histórico do desenvolvimento econômico no Amazonas – Manaus

Ao se analisar a história de ocupação na região Amazônica desde a chegada dos portugueses na região, vê-se que o extrativismo de drogas das matas esteve presente desde o início. Ocupação inicialmente que visava a expulsão de franceses, holandes e ingleses que buscavam se instalar na região, foram então construídas as primeiras fortificações que posteriormente acabaram por se tornar em feitorias portuguesas. Os índios que antes aliados, traficavam com os portugueses as drogas das matas em troca de bugigangas, acabaram por se tornar escravos quando os seus cativadores perceberam o valor comercial dessas especiarias (Pontes Filho, 2000)

No entanto a reação indígena provocou inúmeras guerras e o afastamento das tribos. Uma segunda solução para o agrupamento de índios para essa massa de “trabalho” foi a instalação de núcleos missionários. Debaxo dessas instituições índios de diferentes matrizes foram impostos a uma homogeneização linguística e enquadramento cultural de crenças e modos de vidas dos seus cativadores. (Pontes Filho, 2000)

Essas organizações foram se expandindo a medida em que se “recrutava” mais índios a essa massa de trabalhadores indispensáveis na ampliação da produção de drogas da mata, que Portugal negociava em toda a Europa. Entre essas drogas estavam o cacau, cravo, canela, urucu, baunilha, açafraão e grande número de sementes, cascas, óleos e resinas. (Pontes Filho, 2000)

Apesar desses aldeamentos terem difundido algumas técnicas artesanais como a tecelagem; edificação com pedra e cal; o cultivo de novas espécies, como o arroz, cana-deaçúcar e aniz além de criação de animais domésticos. Todavia, tiveram pouca relevância na criação de uma formulação de adaptação á floresta tropical, que permaneceu presa ás soluções indígenas originais, pela inadequação de novas técnicas a um meio ecológico tão diferente do Europeu. Ao passo que a maioria desses núcleos iam se dispersando, engajados na economia extrativista, uma sociedade nova de mestiços herdeira dessa cultura indígena adaptativa a floresta, uma variante cultural diferente da sociedade brasileira: a dos caboclos da Amazônia. (Pontes Filho, 2000)

Uma segunda onda exploratória na região se deu quando o desenvolvimento da industria européia e norte-americana de automóveis transformou a borracha dos seringais em matéria de enorme procura, o que resulta numa prosperidade nesse último quarto do século XIX. Este crescimento econômico foi designado ciclo da borracha. Responsável por grandes alterações, a

região toma outras características que resulta na perda de sua face predominantemente indígena. Devido a crescente demanda da borracha uma forte imigração acarretou um impulsionamento demográfico. Muitos estrangeiros de diversos lugares do mundo em busca de riqueza e principalmente pessoas da região nordeste impelidos pela violenta seca que ocorreu na sua região de origem (Santos, 1980)

A borracha assim como outros produtos nativos da floresta, se distribui irregularmente e com baixa concentração em meio a uma infinidade de outras espécies. O domínio das vias de acesso que levavam aos seringais fez com que esses trabalhadores fossem se dispersando pelo território, seguindo as vias dos rios ia-se explorando os seringais até o seu esgotamento, portanto, sem necessariamente fixar-se no local com a idéia de povoar. (Santos, 1980)

Durante o apogeu do ciclo da borracha as riquezas produzidas permaneciam nas mãos dos estrangeiros que estabeleceram em Manaus onde acontecia um intenso movimento comercial, o que gerou impactos urbanos que transformou a cidade com a implantação de instituições financeiras, meios de transporte, estrutura de saneamento básico, além de praças e calçadas. Enquanto no interior o destino do trabalhador dos seringais era o abandono e isolamento.

No entanto essa estação de prosperidade foi interrompida quando se deu a Primeira Guerra Mundial, com a entrada no comércio mundial da produção dos seringais plantados pelos Ingleses no oriente. O declínio da economia gomífera que, por um lado, reduziu a pressão sobre as florestas e, por outro, isolou a região do contexto nacional e do capitalismo internacional, resultando na volta a uma economia de subsistência. No período da Segunda Guerra Mundial ensaiou-se um novo momento de prosperidade da economia Gomífera, no entanto se encerrou de forma tão rápida quanto se iniciou, logo após o fim da Segunda Guerra. (Santos, 1980)

De acordos entre o Brasil e os Estados Unidos restou o Banco de Crédito da Borracha que posteriormente se tornou o Banco de Crédito da Amazônia que tinha como objetivo ser um instrumento operacional do art.199, instituído pela Constituição de 1946, na qual determinava a aplicação de 3% da renda tributária anual da União, Estados e Municípios da Amazônia no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nos próximos vinte anos. Efetivado apenas em 1953, o governo federal cria a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA). Representando o primeiro ensaio de planejamento regional. No governo militar de Castelo Branco extinguiu-se a SPVEA e é instituída a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). (Seabra, 2021)

Os militares alegando defender a soberania nacional intervieram ainda mais nos setores e atividades da economia visando empreender um projeto de modernização nacional e justificando a necessidade de “integrar para não entregar”. Além disso, pelo Decreto-Lei 1.106 de 1970, criou-se o Plano de Integração Nacional (PIN) com a finalidade de financiar obras de infra-estrutura nas áreas de atuação do SUDAM e SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Nesse contexto, adotando uma política de incentivos fiscais como instrumento para defender e modernizar a economia nacional e diminuir as disparidades regionais, surge uma primeira versão do projeto Zona Franca de Manaus, em 1957. (Seabra, 2021)

Dividida em duas fases, uma primeira em 1957 que visava gerar um intenso comércio, elevar receitas portuárias e criar empregos, a exemplo do que ocorreu inicialmente em outras regiões do mundo como Hong Kong e Singapura, na Ásia. A segunda, a partir de 1967, cria-se uma série de incentivos fiscais especiais para a instalação de de industrias de variados setores em Manaus. A capital passa a se expandir de forma muito rápida, concentrando os investimentos, renda, poder e população, enquanto o interior ficava progressivamente mais abandonado. O Amazonas passou a se concentrar em Manaus, que sofre as consequências decorrentes desse abandono do interior até os dias atuais: concentração populacional, êxodo rural, ampliação de economia informal, aumento

do crime organizado, entre outros. Tornando-se refém desse modelo concentracionista e de exclusão que representa a Zona Franca de Manaus é imprescindível a busca por alternativas direcionadas a uma sociedade economicamente autônoma e sustentável, ecologicamente equilibrada, politicamente participativa e socialmente justa. (Seabra, 2021)

6. Origem do termo desenvolvimento sustentável e economia verde

A crise ambiental mundial causada pelo desenvolvimento econômico que teve visibilidade inicial na década de 70, desencadeou na realização de importantes eventos para o debate do tema. Exemplo disso foi a realização da Conferência de Estocolmo, e a criação do Relatório Brundtland e a RIO 92.

Segundo o Relatório de Avaliação Ecológica do Milênio (MEA, da sigla em inglês), cerca de 60% dos serviços ambientais foram degradados ou usados de forma insustentável nos últimos 50 anos, incluindo água pura, purificação do ar e da água, regulação climática local e regional. O crescimento econômico infinito tem causado o aparecimento de sérios problemas ambientais que ameaçam a subsistência das gerações futuras e reprodução da vida como a conhecemos hoje.

A ONU passou então a se envolver no tema e realizou, em julho de 1972, a “Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente”, em Estocolmo. Nesta foi admitido o relacionamento entre os conceitos de conservação ambiental e desenvolvimento industrial; foram discutidos os efeitos causados pela falta de planejamento na utilização de recursos naturais e se estabeleceram critérios claros de "poluição, pobreza e ecodesenvolvimento" além da decisão de criar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Uma reavaliação do conceito de desenvolvimento conduziu a "Terceira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento" (1980-1990), a partir da qual buscaram-se estratégias de distribuição, objetivando repartir de modo mais justo os benefícios do eventual crescimento da economia mundial.

A ONU resolveu criar uma comissão para efetuar um estudo dos problemas globais de ambiente e desenvolvimento. Em 1987, essa comissão apresentou o Relatório Brundtland - "Our Common Future" (Nosso Futuro Comum), no qual se ressaltava o conceito de desenvolvimento sustentável, considerando-o um modelo de desenvolvimento socioeconômico, com justiça social e em harmonia com os sistemas de suporte da vida na Terra.

Em Pinho (2018) relata que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (1992), o conceito foi definitivamente incorporado como um princípio orientador de ações. Foi então elaborada a Agenda 21, que representa um compromisso das nações de agir em cooperação e harmonia na busca do desenvolvimento sustentável. Em junho de 2012, foi realizada a mais recente Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, denominada Rio+20, cujos temas-chave foram sustentabilidade, economia verde e governança global do ambiente. A meta primordial da Rio+20 era estimular a ação sobre desenvolvimento sustentável.

Dessa forma através da conferência Rio+20, destaca-se a elaboração de um documento final com 53 páginas, no qual 188 países traçaram o caminho para a cooperação internacional sobre desenvolvimento sustentável, reafirmando compromissos já assumidos anteriormente. Além disso, governos, empreendedores e outros parceiros da sociedade civil registraram mais de 700 compromissos com ações concretas para responder a necessidades específicas, como energia sustentável e transporte. Estabeleceram alguns objetivos de desenvolvimento sustentável, definidos como ações orientadas, concisas e de fácil compreensão, de natureza global e universalmente aplicáveis a todos os países, dentre os quais se insere a economia verde. Os ODS, como ficaram conhecidos, foram estabelecidos ao longo de dois anos (2013-2014) com empenho nas áreas prioritárias do desenvolvimento sustentável, ajudando a medir o progresso(Documento final Rio +20. <http://rio20.ebc.com.br/wp-content/uploads/2012/06/TheFutureWeWant.pdf>)

Os 17 Objetivos são interligados, o que significa que o êxito de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável afeta diretamente outro Objetivo. Combater os efeitos adversos da mudança do clima influencia diretamente na forma que gerenciamos nossos recursos naturais. Fomentando a paz e sociedades inclusivas resultará na redução das desigualdades e contribuirá para que as economias prosperem. As ODS são um compromisso ousado, tendo em vista o desafio do seu cumprimento, mas também, correspondem à uma importante oportunidade de mudança em benefício de nós mesmos (atual e futuras gerações).

Visando alcançar o desenvolvimento econômico de forma sustentável, e levando em consideração todos os pilares anunciados pelo conceito de sustentabilidade, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente lançou em 2008 o conceito “economia verde”.

De acordo com Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), fica definido como “economia verde uma economia que resulta em melhoria do bem estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica”. (Documento final Rio +20. <http://rio20.ebc.com.br/wp-ontent/uploads/2012/06/TheFutureWeWant.pdf>)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo elaborou um documento onde define a economia verde como sendo:

uma agenda de desenvolvimento que propõe uma transformação na maneira de se encarar a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento, indo muito além da visão tradicional do meio ambiente com um conjunto de limites para o crescimento ao encontrar nas mudanças climáticas e no escasseamento ecológico vetores para um crescimento mais sustentável. É uma forma de trazer a sustentabilidade, tão frequentemente e equivocadamente tratada como “tema do futuro”, para um patamar de objetividade e pragmatismo que

evidencia as vantagens econômicas e sociais da aliança entre inovação e melhora de qualidade ambiental.

Indo mais além, tem-se ainda que a economia verde “é aquela apoiada em três estratégias principais: a redução das emissões de carbono, uma maior eficiência energética e no uso de recursos e a prevenção da perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos”.

7. Origem do termo economia criativa

Durante muitos anos, a ideia de desenvolvimento foi sinônimo de crescimento econômico. Entretanto percebe-se que apenas o crescimento não gerava necessariamente uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. A partir disso alguns estudos sobre o desenvolvimento econômico começaram a incorporar outros fatores e questões em suas análises. Sobretudo a partir da década de 1960, a cultura passa a ser um tema recorrente no debate acadêmico e político sobre o desenvolvimento.

Os setores culturais e criativos têm demonstrado um excelente desempenho econômico, por vezes, superior às atividades tradicionais da economia. Também são responsáveis por significativo impacto na arrecadação tributária, geração de emprego e renda (com salários superiores à média nacional no Brasil), alto efeito multiplicador (capacidade de gerar reinvestimentos) e fortalecimento de cadeias ligadas ao turismo.

No mundo inteiro se concebe a “economia criativa” como uma parte determinante e crescente da economia global. Os governos e os setores criativos estão dando cada vez mais importância ao papel que ela desempenha como fonte de empregos, de riqueza e de compromisso cultural.

O Reino Unido tem sido um dos países que tem liderado esta agenda, não só pela sua incidência na economia, mas também pela sua importância na hora de promover a inclusão social, a diversidade e o desenvolvimento.

Resumidamente economia criativa é o conjunto de negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera valor econômico. Abrange os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade, cultura e capital intelectual como insumos primários.

Concretamente, a área criativa gerou uma riqueza de R\$ 155,6 bilhões para a economia brasileira em 2015, segundo “Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil” (em PDF), publicado pela Firjan em dezembro de 2016.

Os segmentos criativos podem ser alinhados de acordo com suas afinidades setoriais em quatro grandes áreas:

- Consumo (design, arquitetura, moda e publicidade)
- Mídias (editorial e audiovisual)
- Cultura (patrimônio e artes, música, artes cênicas e expressões culturais)
- Tecnologia (P&D, biotecnologia e TIC).

Classificação dos setores da indústria criativa

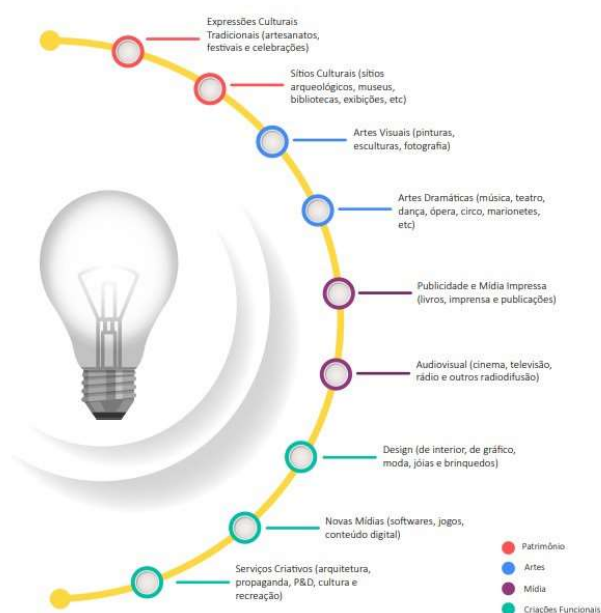


Figura 1 – Classificação dos Setores da Indústria Criativa - Fonte: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento / Arte: Kamila Pigari

A primeira aparição do termo foi na Austrália, em 1994, sob a expressão de Creative Nation, segundo Reis (2011). A globalização e o advento da tecnologia indicaram o seu surgimento. Em 1996, o HUB era empregado por Markusen, para contextualizar a aglomeração das economias urbanas, no despontar da revolução digital, designando novas espacialidades das organizações industriais. No entanto, Lima (2015) aponta que o termo foi utilizado, primeiramente, no final dos anos 80 e início dos 90, na designação de “hub and spoke” relativa aos sistemas radiais de transportação e localização científica.

Três anos depois, em 1997, o governo britânico se inspirou nessa proposta de colocar a criatividade como objetivo central do planejamento estratégico do país. Diante de uma situação econômica que tornava os setores manufatureiros tradicionais vulneráveis, foram analisadas tendências mundiais, e como resultado, 13 setores de maior potencial para a economia do país fora identificados: as indústrias criativas, ou seja, indústrias originadas na criatividade, habilidade e talentos individuais, caracterizadas por apresentar um potencial com vista a criação de riquezas e empregos por meio da geração e exploração da propriedade intelectual. Após o sucesso da estratégia aplicada pelo governo britânico, ocorreu uma reaplicação do conceito em diversos países como Singapura, Líbano e Colômbia. Em 1998, O’Kelly assume os hubs como nós integrados em redes e estrategicamente posicionados.

Segundo Reis (2011) os setores culturais e criativos também são conhecidos pelo baixíssimo impacto ambiental. Fazer um filme, escrever um livro ou compor uma música não demanda grande consumo de insumos naturais, nem grandes estruturas físicas e tampouco gera quantidades volumosas de resíduos. Pelo contrário, muitas vezes a sustentabilidade é o fator de geração de valor de produtos e serviços (caso da moda, artesanato, design etc.).

Para Reis (2011) a cultura também se tornou um eixo estratégico de desenvolvimento dada a sua transversalidade e intercambialidade com diversas políticas públicas (de saúde, urbanas, educacionais etc.). São conhecidos os casos de instrumentalização da cultura para programas de transformação social de comunidades em estado de vulnerabilidade, por exemplo. De fato, políticas culturais são reconhecidas pelo seu alto grau de externalidades positivas.

O termo Indústria Criativa surge no Brasil apenas em 2004, após a realização em São Paulo, da 11ª edição do Encontro Quadrienal da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Posteriormente, em 2005, foi realizado o I Fórum das Indústrias Criativas, em Salvador. Nota-se, que após a realização da conferência, houve um esforço econômico de desenvolver alguns setores da economia criativa no país. A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, divulgou em 2008, um levantamento sobre os setores de atuação da Indústria Criativa no Brasil.

Observa-se um movimento global, desde 2006/2007, para ajuste e transformação do termo “Indústria Criativa”. Reis (2011) indica que os estudos mais recentes Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do Reino Unido não tem mais utilizado um recorte por indústrias, mas sim, uma representação de círculos concêntricos nos quais as indústrias se inserem, conceituando graficamente o termo “Hub Criativo”, que teria como núcleo central a criatividade humana.

8. Conceituação de Hub Criativo e aplicação em Manaus

O Hub Criativo pode ser descrito, de acordo com Lima (2015), como infraestruturas dedicadas ao setor das Indústrias Culturais e Criativas, enquanto espaços de desenvolvimento criativo que contribuem decisivamente para o crescimento da ala. Trata-se de um conceito bem abrangente, pois é aplicável a vários formatos de espaços, com um compromisso em comum: construir capacidade empresarial no setor criativo e apoiar empreendedores, a fim de que contribuam para a sociedade e economia. Podem ser estruturas privadas, sociais, com ou sem fins lucrativos.

Segundo Landry (2008) “*Os ambientes criativos podem ser entendidos como lugares (edifício, rua, cidade ou região) concentradores de massa crítica; geralmente, abertos, flexíveis e constituídos por redes que sustentam fluxos de ideias e criação*”. Observa-se então o potencial que estes locais possuem em fomentar o crescimento dos territórios. Os denominados lugares criativos são espaços urbanos colaborativos e interdisciplinares, decorrentes da intersecção de atividades que articulam o universo artístico, social e empresarial.

A criatividade requer um ambiente que a estimule e que potencialize uma ampla gama de estímulos sociais, culturais e econômicos, estando, por isso, associada à ascensão de novos ambientes de trabalho, novos estilos de vida, organizações e espaços que sejam conducentes ao trabalho criativo, segundo Lima.

Para Leite e Awad (2012) ressaltam ainda que ambientes que concentram pessoas criativas possuem maior crescimento e atratividade e ao reciclar o território, com a aplicação do conceito da cidade criativa, é mais inteligente do que substituí-lo, ou seja, é necessário regenerar produtivamente territórios metropolitanos existentes.

O desenvolvimento e entendimento do conceito de Hub Criativo foi feita uma pesquisa de instituições ou organizações civis que já desenvolvem atividades com uma concepção próxima a dos HUBs e que sejam voltadas também para área socioambiental.

Primeiro no âmbito municipal a Prefeitura de Manaus através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade realizava o Programa Universidade do Meio Ambiente – UNIAMBIENTE, que trabalhava com as comunidades do município de Manaus desde 1999 no entanto não há notícias ou informações se há continuidade do programa em 2020, levando cursos, palestras, seminários e oficinas com temática socioambiental. Ao oferecer palestras e cursos diversos pretendendo trabalhar a sensibilização ambiental e gerando formas alternativas e sustentáveis de geração de renda e inclusão social por meio do reaproveitamento de resíduos, beneficiando famílias e comunidades bem como colaborando para a proteção ambiental da cidade.

Além disso, este projeto atende a proposta da Política Nacional de Resíduos Sólidos contribuindo para sua implementação de forma criativa e agregadora, envolvendo a comunidade em geral. Seus objetivos são:

- Disponibilizar cursos, palestras e exposições, à comunidade em geral, por meio do Programa Uniambiente.
- Disponibilizar um calendário de atividades nos espaços protegidos da SEMMAS;
- Trabalhar o consumo sustentável;
- Lançar um catálogo da Uniambiente com ideias sustentáveis;
- Participar de eventos levando exposições dos materiais confeccionados pela Uniambiente;
- Possibilitar alternativas que promovam a melhoria da renda familiar em comunidades diversas.

O Laboratório de Engenharia de Artefatos de Madeira (Leam), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTIC) tem realizado o Curso de Formação de Artefatos de Madeiras que já aconteceu nos municípios como Tefé, Baixo Juruá, Médio Juruá e Barcelos.

O curso de 40 horas é dividido em cinco módulos, que dão aos participantes noções básicas sobre Empreendedorismo, Máquinas utilizadas em marcenarias e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e layouts para instalações. Também integram a formação Técnicas de marchetaria e desenvolvimento de produtos e Técnicas de acabamento. O módulo de Empreendedorismo foi ministrado pela mestra em Ciências Florestais, a engenheira florestal Roseneide Dias, que fez iniciação científica no Inpa no mesmo laboratório e há dez anos possui a própria empresa no ramo de Artefatos de Madeira.

Com o objetivo de capacitar os comunitários na arte de construir artefatos. E para valorizar mais a madeira foi incluído no curso uma parte voltada ao empreendedorismo, conscientizando os alunos no sentido de evitar a exploração fora de controle e proporcionando a eles experiências com desenvolvimento de produtos com resíduos florestais e de processamento mecânico.



Figura 2: Realização de Atividade no Curso de Formação de Artefatos de Madeiras - Fonte: Letícia Misna e Cimone Barros / INPA

Outra instituição encontrada foi a Oficina Escola de Lutheria - OELA, onde se desenvolvem ações voltadas para a educação profissionalizante de adolescentes e jovens na cidade. No qual são trabalhados princípios da utilização racional e sustentável dos recursos naturais da região e contribuindo para a formulação de políticas públicas que atendam aos direitos e necessidades deste segmento populacional.

Atuando em três linhas principais:

-Políticas públicas: Junto às bases do movimento social da Amazônia, criando instrumentos que possibilitam a garantia de direitos dos povos da floresta e do meio ambiente, das crianças e adolescentes.

-Educação: Oferecendo cursos gratuitos de qualificação profissional, atividades ocupacionais, educação ambiental e esporte educacional, além de apoio psicossocial e pedagógico visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

-Geração de renda: Os instrumentos musicais produzidos pelos alunos da Oela, com madeira amazônica certificada FSC®, são comercializados e proporcionam geração de renda aos egressos do curso básico de lutheria e para os projetos socioambientais desenvolvidos pela Oela.



Figura 3: Alunos trabalhando no ateliê de Lutheria - Fonte: Autoria Própria

9. Estudos de Caso

9.1. Vila Flores

- Arquitetos: Goma Oficina (Reforma) / Joseph Lutzenberger (original)
- Área: 2330 m²
- Cidade: Porto Alegre, RS – Brasil

Localizado na região industrial do Quarto Distrito, próxima ao Rio Guaíba em Porto Alegre, o espaço compartilhado propício ao desenvolvimento de atividades colaborativas já era uma premissa presente no projeto original de Joseph Lutzenberger, com uma diversificação nos tamanhos das unidades destinadas a um uso misto e a criação de espaços de uso comum.

Desenvolvido de maneira processual e colaborativa onde ocupar, trabalhar, viver e conviver foram as bases no processo de readequação deste conjunto arquitetônico, listado como interesse cultural para o patrimônio da cidade de Porto Alegre. A partir de 2011 se deu a abertura do conjunto

aquitetônico para a comunidade com a intenção de se tornar um centro de cultura, educação e economia criativa.

O conjunto da Vila Flores é constituído por dois prédios com três pavimentos cada, de estrutura mista (alvenaria portante e concreto armado), e um galpão de alvenaria que juntos acomodam um pátio central. Com 2.332 m² contruidos em um terreno de 1.415 m², inserido em área de interesse cultural da cidade. O projeto foi concebido pelo arquiteto e engenheiro Joseph Franz Seraph Lutzenberger e construído no final da década de 20, com uma excelente implantação, o projeto se beneficia da iluminação natural e ventilação cruzada, bem como uma boa distribuição entre as áreas construídas e seus vazios.

Atualmente há a proposta de um projeto de reforma no qual serão o restauradas as fachadas externas e elementos originais, melhoria nos sistemas infraestruturais, circulação e acessibilidade, e questões estruturais da saúde das edificações.



Figura 4 : Espaços criativos dentro da edificação - Fonte: Lauro Rocha, Fernando Banzi



Figura 5 : Ambientes de trabalho e convivio - Fonte: Lauro Rocha, Fernando Banzi



Figura 6: Ambientes de trabalho e convivio - Fonte: Lauro Rocha, Fernando Banzi

9.2. CASA FIRJAN da Indústria Criativa

- Arquitetos: Lompreta Nolte Arquitetos
- Área: 8000 m²
- Cidade: Rio de Janeiro, Brasil

O projeto é resultado de um concurso de arquitetura realizado em 2012, promovida promovido pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Implantado no terreno do Palacete

Linneu de Paula Machado, antiga residência da família Guinle em Botafogo, a CASA FIRJAN conecta, nos seus diversos espaços, atividades empresariais, educativas e culturais, promovendo encontros entre os atores das Indústrias Criativas dentro de um espaço de conectividade e interação. O design do projeto estimula a apropriação do espaço pelos usuários e promove o diálogo entre as diferentes edificações do conjunto, entre interno e externo, entre alunos, empresários e visitantes. (<https://casafirjan.com.br/>)

O novo edifício foi pensado para ser ocupado por diversos usos – a Casa Firjan vai oferecer palestras, cursos, fóruns empresariais, laboratório de tendências, exposições e cinema na praça. Na implantação do novo edifício, as árvores grandes de grande porte foram preservadas e foi criada uma praça interna entre a Casa Firjan e o Palacete, para gerar um espaço de encontros e permitir a leitura das duas épocas de construção. A implantação da CASA FIRJAN deixa o protagonismo para o Palacete histórico, criando um diálogo instigante. (<https://casafirjan.com.br/>)

A geometria do edifício compõe dois blocos sobre um embasamento único, e conectados no último pavimento. Os diferentes setores do prédio estão conectados e se comunicam por um percurso que em grande parte é localizado na fachada, em ambiente externo. O vazio criado entre os blocos é parte deste percurso e forma uma praça elevada, de atividades livres, para apropriação dos alunos. (<https://casafirjan.com.br/>)

As fachadas do edifício são marcadas pela transparência. A fachada voltada para a Rua Guilhermina Guinle é composta por grandes panos de vidro mostrando-se convidativa e aberta. As fachadas internas, voltadas para a praça da Casa Firjan e para o Palacete, possuem igualmente grandes panos de vidro, além de uma segunda “pele” composta por painéis móveis de brises verticais, que protegem os espaços internos da incidência solar direta, ainda permitindo visibilidade das atividades internas. O movimento dos painéis de brises gera uma percepção de vivacidade do edifício e uma imagem dinâmica de sua composição. (<https://casafirjan.com.br/>)

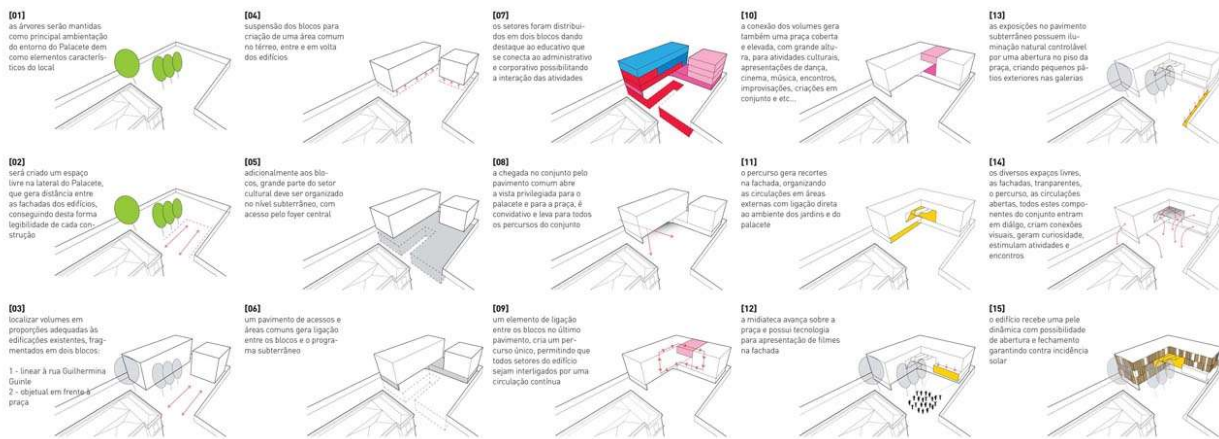


Figura 7: Desenvolvimento da proposta - Fonte: Lompreta Nolte Arquitetos

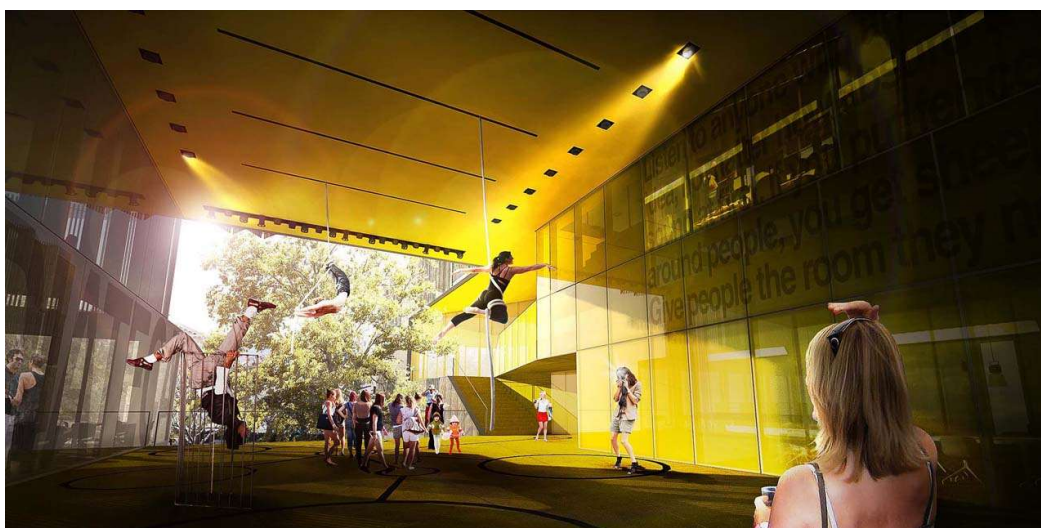


Figura 8: Praça Elevada - Fonte: Lompreta Nolte Arquitetos

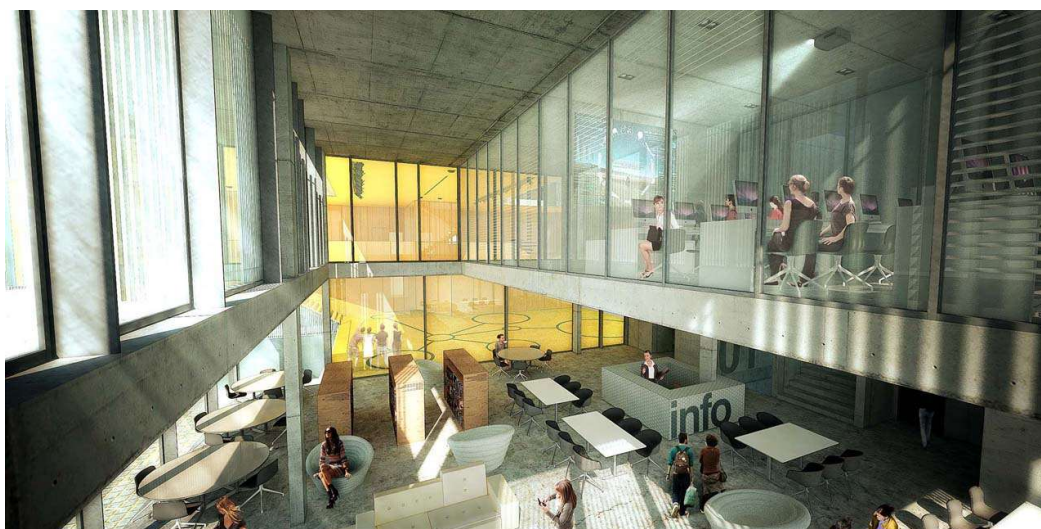


Figura 9: Perspectiva Mediateca - Fonte: Lompreta Nolte Arquitetos

9.3. Oficina de costura comunitária Amairis

- Arquitetos: Ruta 4 taller
- Área: 210 m²
- Cidade: Vereda San ISIDRO, Colômbia

A ideia do projeto surge da condição rural em um contexto específico; onde a planície que projeta o vale do rio, as colinas distantes, o pôr-do-sol a oeste, as culturas de milho e o céu azul desbotado, são as premissas fundamentais para delimitar e configurar a ideia construída (<https://www.archdaily.com.br/br/938831/oficina-de-costura-comunitaria-amairis-ruta-arquitectura>)

A compreensão morfológica do bairro determina a implantação no terreno, a incidência climática não favorável é assumida como potência temporal e a geografia manifesta vínculos com as tradições locais para estabelecer estratégias de operação técnica. O projeto é implantado no terreno a partir do reconhecimento do trânsito solar que altera a fachada principal e como esta

condição determina um dispositivo dinâmico que permite uma variação de aberturas. (<https://www.archdaily.com.br/br/938831/oficina-de-costura-comunitaria-amairis-ruta-arquitectura>)

A paisagem é evidenciada pela construção popular colombiana, a matéria e as técnicas aplicadas pelo artesão auto-construtor para seu próprio habitat. Um território onde o guadua (Angustifolia Kunth) existe em abundância e uma cidade vizinha com uma tradição de cerâmica de tijolo e telha de barro, dão-nos pistas para tomar o material como insumos simbólicos. (<https://www.archdaily.com.br/br/938831/oficina-de-costura-comunitaria-amairis-ruta-arquitectura>)

A fachada posterior se delimita por um muro que se desdobra em um espaço de armazenamento e interrompe o ritmo desta massa com 24 perfurações que são demarcadas de forma pontual em direção aos limites. (<https://www.archdaily.com.br/br/938831/oficina-de-costura-comunitaria-amairis-ruta-arquitectura>)



Figura 10: Vista Lateral da edificação - Fonte: Federico Caioli



Figura 10: Vista Interior da edificação - Fonte: Federico Cairoli

10. Diagnóstico do Local

10.1. Localização do Lote

Localizado na zona Leste de Manaus, mais precisamente no Bairro Zumbi dos Palmares, o qual faz limites com os Bairros São José Operário e Armando Mendes. De acordo com o censo do IBGE de 2010, há uma população estimada em 32.882 moradores. O lote em si encontra-se na margem do Corredor Aleixo, no segmento Colônia, que abrange a Avenida Cosme Ferreira até a confluência com a Avenida dos Oitis.

Assim como muitos bairros da cidade, o Zumbi dos Palmares é resultado de invasões, que data de meados da década de 80, as primeiras famílias que vinham em sua maior parte do Bairro do Aleixo se instalaram na região. Uma segunda onda de invasões deram origem ao Zumbi II e Zumbi III. O processo de implantação de infra-estrutura se deu forma bem lenta, dando início somente na década de 90 a pavimentação das ruas, possibilitou o acesso dos moradores a serviços de transporte e coleta de Lixo que era bem precário antes.

Os problemas de infra-estrutura, saneamento, falta de segurança e desigualdade social são presentes desde a sua formação até os dias atuais, sendo alvo de notícias periodicamente.

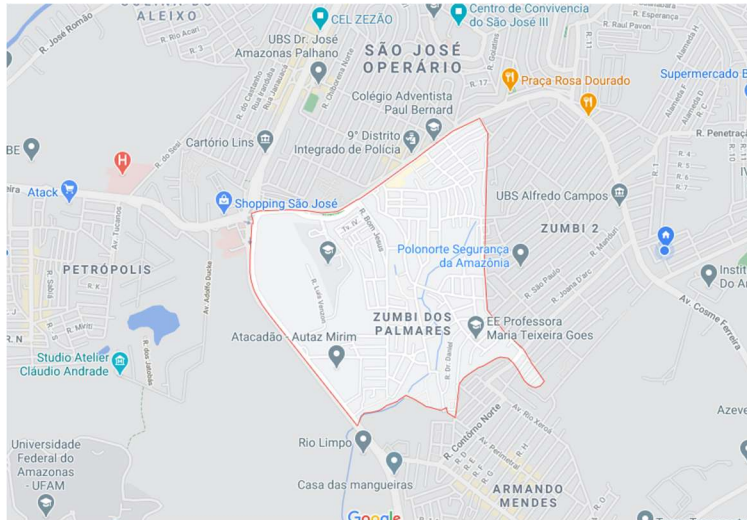


Figura 11: Mapa mostrando os limites do Bairro Zumbi dos Palmares- Fonte: Google Maps

10.2. Situação Atual

O lote que conta com 5538 m², atualmente encontra-se em desuso. Tomado por vegetação e limitado por uma mureta que em alguns pontos está danificada, acaba por se tornar um espaço propício para assaltos e outros tipos de violência, tendo em vista que na frente do terreno encontra-se uma parada de ônibus, a mesma não possui nenhuma sinalização e cobertura para proteção dos usuários. Nos limites do terreno são encontrados do lado esquerdo a empresa Global, responsável por boa parte da frota de ônibus da zona Leste, e aos fundos o terreno do Colégio Dom Bosco.

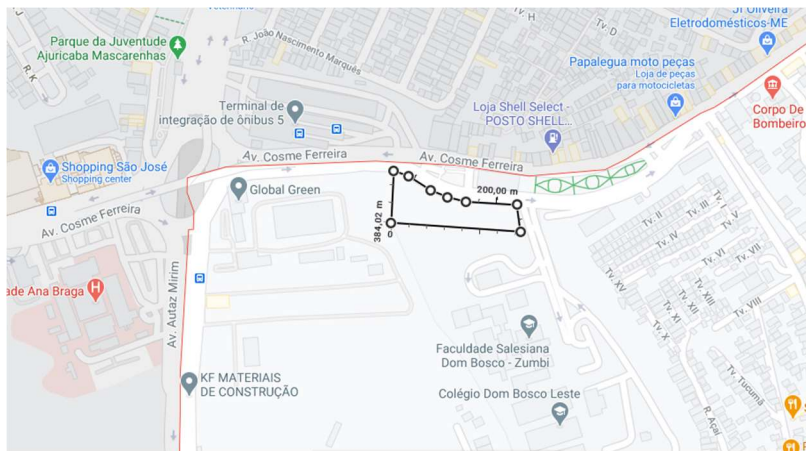


Figura 12: Mapa mostrando os limites do terreno- Fonte: Google Maps



Figura 13: Vista frontal do terreno , sentido Centro/Bairro - Fonte: Street View - Google Maps



Figura 14: Vista frontal do terreno , sentido Bairro/Centro - Fonte: Street View - Google Maps

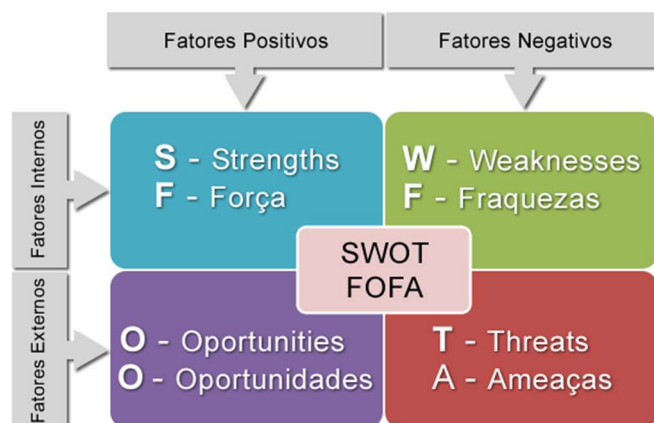


Figura 15: Vista frontal do terreno , sentido Bairro/Centro - Fonte: Street View - Google Maps

10.3. Análise F.O.FA

O termo F.O.F.A é a tradução do acrônimo S.W.O.T, que é uma ferramenta de análise muito utilizada no meio empresarial para o desenvolvimento de um planejamento estratégico na qual são feitas observações em duas principais óticas, interna e externa e dentro de cada ponto de vista são observados pontos positivos e negativos.

No contexto do projeto serão analisados tópicos como o lote, localização, infraestrutura e espaços de uso público; para que se tenha uma visão mais ampla das relações de fluxos e as condições da área a ser implantada o projeto, refletindo assim nas decisões da proposta arquitetônica.



Infográfico do F.O.F.A

	FATORES INTERNOS		FATORES EXTERNOS	
ÍTEM	FORÇAS	FRAQUEZA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Lote	<ul style="list-style-type: none"> Grande presença de massa verde. 	<ul style="list-style-type: none"> Muro que impede a visibilidade do terreno 	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitamento da área verde existente 	<ul style="list-style-type: none"> Muito próximo da via que apresenta forte fluxo
Localização	<ul style="list-style-type: none"> Localizado num corredor urbano; Fácil acesso ao transporte público ou particular 	<ul style="list-style-type: none"> A proximidade com uma via intensa como a Av. Cosme Ferreira 	<ul style="list-style-type: none"> Acessibilidade dos usuários vindos de diversas zonas da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Não há muitas linhas de ônibus disponíveis vindas de outras zonas da cidade.
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> Ruas de acesso em bom estado; 	<ul style="list-style-type: none"> Não há infraestrutura adequada na parada de ônibus 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de uma para de ônibus adequada 	

		que há em frente ao terreno	
	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de serviços básicos de infraestrutura urbana 		
Espaços de uso público	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade de espaços que atraem um público com atividades de lazer 	<ul style="list-style-type: none"> • Os espaços públicos mais próximos não são adequados para o uso atual da população. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um espaço adequado para as necessidades da população próxima.

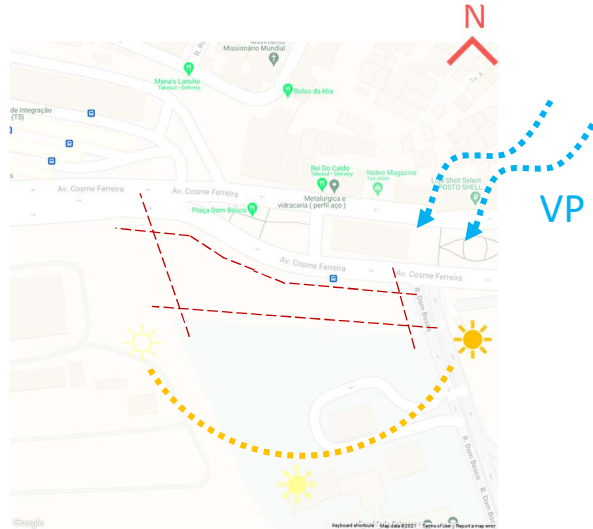
10.4. Topografia

Ao se analisar as curvas de nível que incidem sobre o terreno percebe-se que há apenas duas curvas com um metro de diferença, portanto o lote apresenta quase um plano com leves desníveis na direção do Corredor Urbano Aleixo.



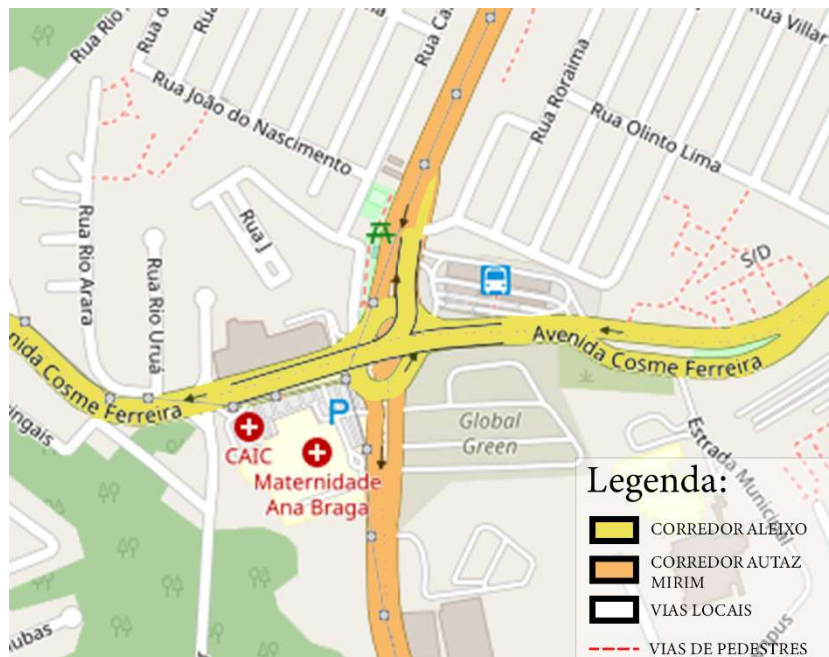
10.5. Análise Climática

Percebe-se como o vento predominante, vindo da direção Nordeste, e a insolação incidem sobre o terreno demarcado em vermelho da imagem abaixo.



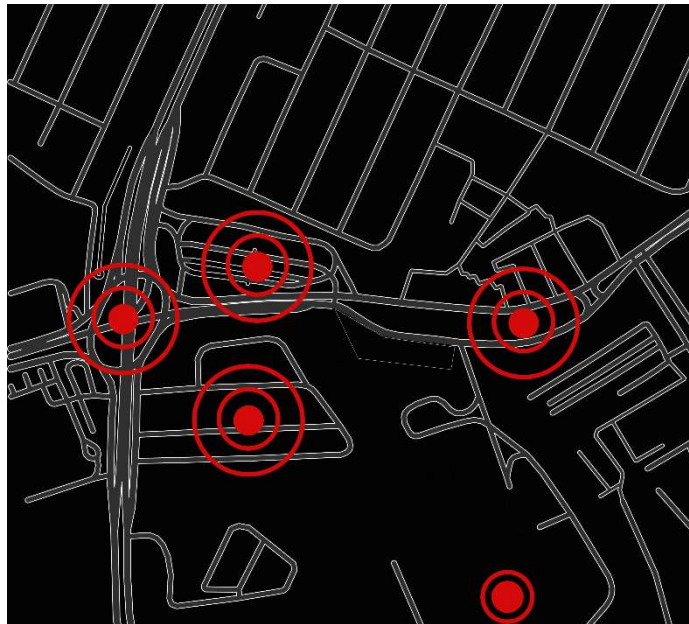
10.6. Análise das vias

O terreno fica próximo de dois corredores urbanos, Corredor Aleixo e Corredor Autaz, o que o torna bastante acessível para os usuários de várias zonas da Cidade.



10.7. Análise sonora

Existem quatro grandes fatores que causam bastante ruídos que alcançam o terreno. Um vindo do terminal de ônibus com fluxo intenso de veículos que entram e saem, o segundo proveniente do complexo viário próximo, principalmente nos horários de pico em que há bastante tráfego de veículos, o terceiro vindo da empresa Global de ônibus em que estão localizados a principal frota que atende a Zona Leste e o último provém da área pública onde a população próxima costuma usar para fazer atividades físicas que utilizam de caixas de som durante a noite, porém apenas duas vezes na semana. Um fator que pode causar perturbações menores no terreno é proveniente do Colégio Dom Bosco pois há duas quadras de esportes bem próximas ao terreno.



10.8. Legislação

Com relação a análise da legislação municipal que validam a concepção de um projeto deste gênero o Plano Diretor de Manaus no CAPÍTULO IV - DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL estabelece que:

Art. 15. A estratégia do desenvolvimento econômico local tem como objetivo geral garantir o pleno desenvolvimento das forças produtivas, com o aproveitamento sustentável dos recursos e utilização integral das potencialidades disponíveis no Município de Manaus.

No Art. 16, dita algumas diretrizes para a Política Municipal de Desenvolvimento Econômico no qual deve haver incentivo:

- a) à implantação de micro e pequenas empresas no Município de Manaus;
- b) ao empreendedorismo e cooperativismo para melhoria da renda e inclusão social da população;
- c) aos órgãos que congregam o setor secundário, para serem agentes divulgadores das políticas econômicas de incentivos no âmbito federal e estadual;
- d) à consolidação de polos tecnológicos de ponta no Município de Manaus, estabelecendo-se parcerias entre o setor produtivo e as instituições de ensino e pesquisa;

e) do máximo aproveitamento nas aplicações dos recursos públicos e atração de investimentos privados no desenvolvimento municipal;

f) ações de modalidade de economia solidária.

No capítulo capítulo VIII - Da Construção Da Cidade, também cita nos:

Art. 25. A estratégia de construção da Cidade tem como objetivo geral compartilhar os benefícios sociais e ambientais gerados no Município e potencializar as atividades econômicas urbanas, para a implementação de uma política habitacional que democratize o acesso a terra e à moradia.

Art. 26. A promoção de intervenções estruturadoras no espaço da Cidade deverá atender às seguintes diretrizes:

I - potencialização das atividades urbanas de interesse público por meio da requalificação urbanística, ambiental e paisagística da Cidade;

II - aproveitamento de vazios urbanos de imóveis subutilizados;

Com relação a legislação que concerne ao terreno, de acordo com o Plano Diretor de Manaus, o lote se localizado na Zona Leste de Manaus, no Setor 09: constituído pelos Bairros Armando Mendes, Gilberto Mestrinho, Jorge Teixeira, São José Operário, Tancredo Neves e Zumbi dos Palmares. O lote também por se encontrar em uma faixa limdeira da Av. Cosme Ferreira, está inserido no Corredor Urbano Aleixo.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO					
ANEXO I - QUADRO DE INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO POR SETORES URBANOS					
SETORES					
SETOR	BAIRRO	DENSIDADE	OCUPAÇÃO/VERTICALIZAÇÃO	CAMT	GABARITO MÁXIMO
9	ARMANDO MENDES	Média	Vertical Baixa	3,0*	8 pavtos.
	GILBERTO MESTRINHO				
	JORGE TEIXEIRA				
	SÃO JOSÉ OPERÁRIO				
	TANCREDO NEVES				
	ZUMBI DOS PALMARES				

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO					
ANEXO II - QUADRO DE INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO POR CORREDORES URBANOS					
CORREDORES	SEGMENTOS	DENSIDADE	VERTICALIZAÇÃO/OCUPAÇÃO	PARÂMETROS PARA INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO	
				CAMT	GABARITO MAX. DA EDIFICAÇÃO
ALEIXO	PARAÍBA	Alta	Alta	5,0*	25 pavto.
	ANDRÉ ARAÚJO	Alta	Alta	5,0*	25 pavto.
	COROADO	Alta	Alta	5,0*	25 pavto.
	SÃO JOSÉ	Alta	Média	4,8*	16 pavto.
	COLÔNIA	Média	Baixa	3,0*	8 pavto.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO			
ANEXO VII - QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES			
CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES	ATIVIDADES		
	QUANTO À NATUREZA	QUANTO À ESCALA DE OPERAÇÃO	CONDIÇÕES
ATIVIDADES TIPO 1	não oferecem risco a segurança nem incômodo a vizinhança e não provocam impactos significativos ao ambiente, a estrutura e a infraestrutura	pequena e média	Podem conviver com o uso residencial sem limitações específicas à sua localização
ATIVIDADES TIPO 2	Podem oferecer incômodo eventual ou moderado a vizinhança, tais como ruídos, movimentação moderada de veículos ou riscos de acidentes.	pequena e média	Podem conviver com o uso residencial sem limitações específicas à sua localização
ATIVIDADES TIPO 3	Podem oferecer incômodo eventual ou moderado a vizinhança, tais como ruídos, movimentação moderada de veículos ou riscos de acidentes.	média e grande	Podem ser controladas por normas edilícias e exigências urbanísticas.
ATIVIDADES TIPO 4	Podem oferecer riscos a segurança ou incômodo a vizinhança e impacto ao ambiente, à estrutura e a e infraestrutura urbana.	pequena, média e grande	Exigem controle por meio de normas edilícias, exigências urbanísticas e através de consulta prévia aos órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela circulação viária.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO			
ANEXO IV- QUADRO DE USOS E ATIVIDADES POR SETORES URBANOS			
ZONAS/ SETOR/SUBSETOR E EIXO DE ATIVIDADES	USO E ATIVIDADES		
	DIRETRIZES	USOS PERMITIDOS	ATIVIDADES PERMITIDAS
SETOR 09 Armando Mendes Gilberto Mestrinho Jorge Teixeira São José Operário Tancredo Neves Zumbi dos Palmares	Manutenção das atividades existentes; integração de atividades comerciais, de serviços e industriais, compatíveis com o uso residencial.	residencial unifamiliar e multifamiliar; comercial; serviço; industrial de baixo impacto	tipo 1, tipo 2, tipo 3**
EIXO DE ATIVIDADES*	Reforço as atividades existentes, principalmente as atividades comerciais, de serviços e industriais, compatíveis com o uso residencial.	residencial unifamiliar e multifamiliar; comercial; serviço; industrial de baixo impacto	tipo 1 e tipo 2, tipo 3**, tipo 4**

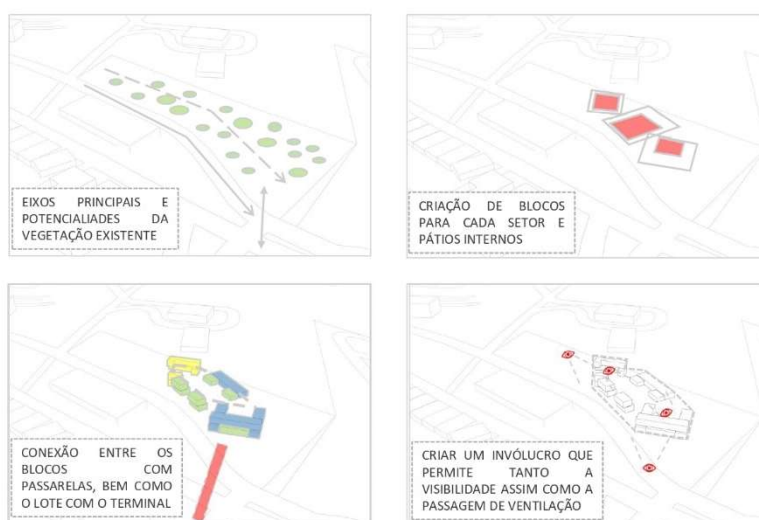
11. Proposta Projetual

11.1. Conceito e Partido

Partindo da problemática da falta de edificações que valorizem o ambiente em que a cidade de Manaus está inserida, a concepção de uma edificação predominantemente em madeira e que as atividades ali desenvolvidas difundam a idéia de que é possível valorizar o que é característico da região foi o que deu a origem a implantação de um Hub voltado para atividades que fomentem um desenvolvimento sustentável na cidade.

Na medida que os conceitos de conexão, troca, permeabilidade, atratividade e pertencimento, que são encontrados por toda a pesquisa teórica sobre HUB e a economia criativa é que se desenvolveram as principais diretrizes do projeto tais como a adoção de madeira engenheirada como principal elemento construtivo e estrutural e a criação de espaços abertos com uma planta mais livre.

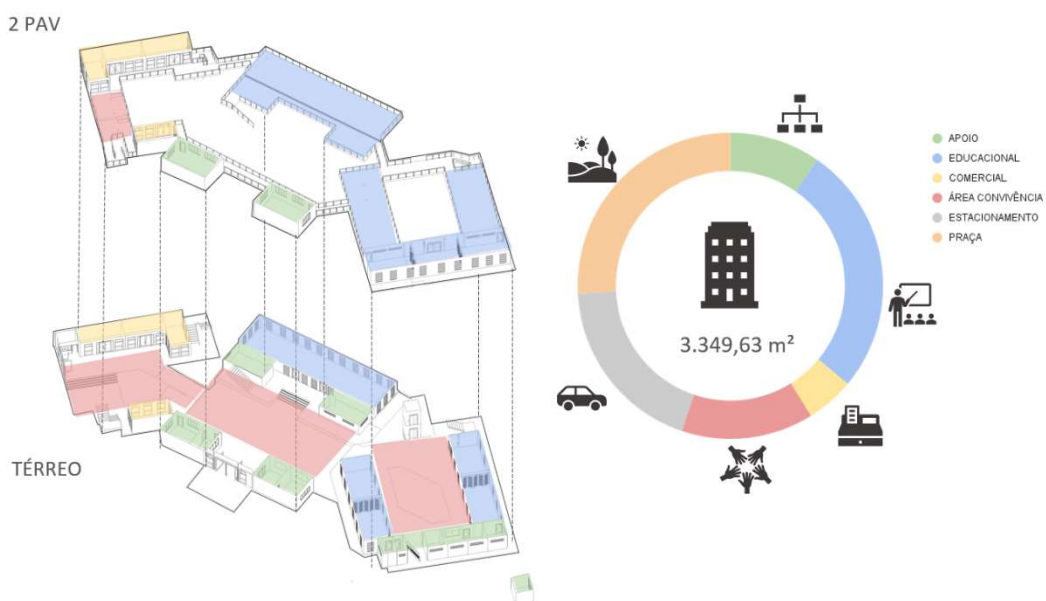
Apresento abaixo alguns diagramas explicando melhor as decisões principais que nortearam o desenvolvimento do projeto.



11.2. Programa de Necessidades

O programa de necessidades foi elaborado apartir da análise das principais atividades encontradas na cidade que tenham relação com a economia criativa, principalmente voltadas para atividades que trabalham com madeira. Em especial a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia que fica localizado no mesmo Bairro escolhido para se implantar o Hub, onde foi feita uma visita in loco para se conhecer melhor os ambientes que já existem na OELA.

Além disso percebeu-se a falta de equipamentos de qualidade nas proximidades, o que resultou na inclusão de três equipamentos que venham beneficiar a população próxima, como uma infraestrutura de parada de ônibus, uma praça aberta que acomode atividades que já acontecem proximas, como aulas de zumba e atividades físicas; e uma passarela que interligue o lote com o terminal de ônibus 5.



APOIO

- ADMINISTRAÇÃO
- ALMOXARIFADO
- BANH. FEM
- BANH. MASC
- COZINHA
- DEPÓSITO 1
- DEPÓSITO 2
- DEPOSITO COZINHA
- DML
- GUARITA 1
- GUARITA 2
- RECEPÇÃO/GUARITA
- SECRETARIA
- ÁREA TÉCNICA
- SALA DE REUNIÃO
- SALA DOS PROFESSORES

EDUCACIONAL

- ATELIÊ 1
- ATELIÊ 2
- BIBLIOTECA / SALA DE ESTUDOS
- ESPAÇOS MULTIUSO
- SALAS MULTIUSO

COMERCIAL

- SALAS COMERCIAIS

ÁREAS DE CONVIVÊNCIA

PRAÇA

ESTACIONAMENTO

11.3 Implantação



- LEGENDA**
- 1 PASSARELA
 - 2 GUARITA
 - 3 ESTACIONAMENTO
 - 4 HUB
 - 5 PARADA DE ÔNIBUS
 - 6 PRAÇA
 - 7 POSTO DE GASOLINA EXISTENTE

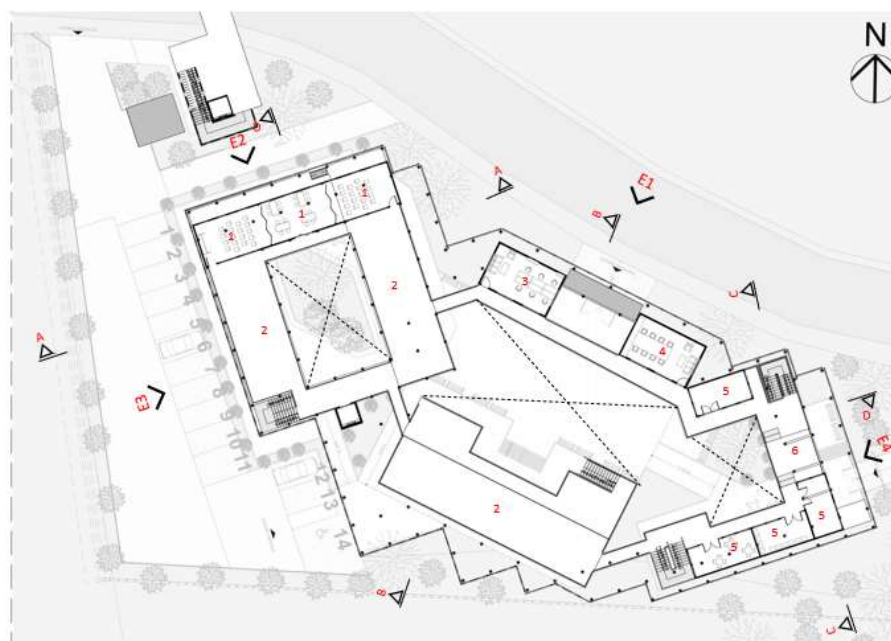
- ACESSOS**
- ACESSO PÚBLICO PRINCIPAL
 - ACESSO E SAÍDA DE VEÍCULOS
 - ACESSO DE SERVIÇO
 - ACESSO PÚBLICO SECUNDÁRIO

11.4 Planta Baixa – Térreo



- LEGENDA**
- | | | |
|---------------------|-------------------------|----------------------------------|
| 1- ADMINISTRAÇÃO | 8- DML | 5- BANHEIRO MASC. |
| 2- SECRETARIA | 9- DEPÓSITO COZINHA | 16- BIBLIOTECA / SALA DE ESTUDOS |
| 3- RECEPÇÃO/GUARITA | 10- COZINHA | 17- ESTACIONAMENTO |
| 4- ALMOXARIFADO | 11- DEPÓSITO 1 | 18- GUARITA |
| 5- ÁTRIO | 12- ATELÊ 1 | 19- SALAS COMERCIAIS |
| 6- ATELÊ 2 | 13- ÁREA DE CONVIVÊNCIA | 20- ÁREA DE CONVIVÊNCIA 2 |
| 7- DEPÓSITO 2 | 14- BANHEIRO FEM. | 21- GUARITA 2 |

11.5 Planta Baixa – 2º Pavimento



LEGENDA

- | | |
|-------------------------|------------------------|
| 1- SALA MULTIUSO | 4- SALA DE REUNIÃO |
| 2- ESPAÇO MULTIUSO | 5- SALAS COMERCIAIS |
| 3- SALA DOS PROFESSORES | 6- ÁREA DE CONVIVÊNCIA |

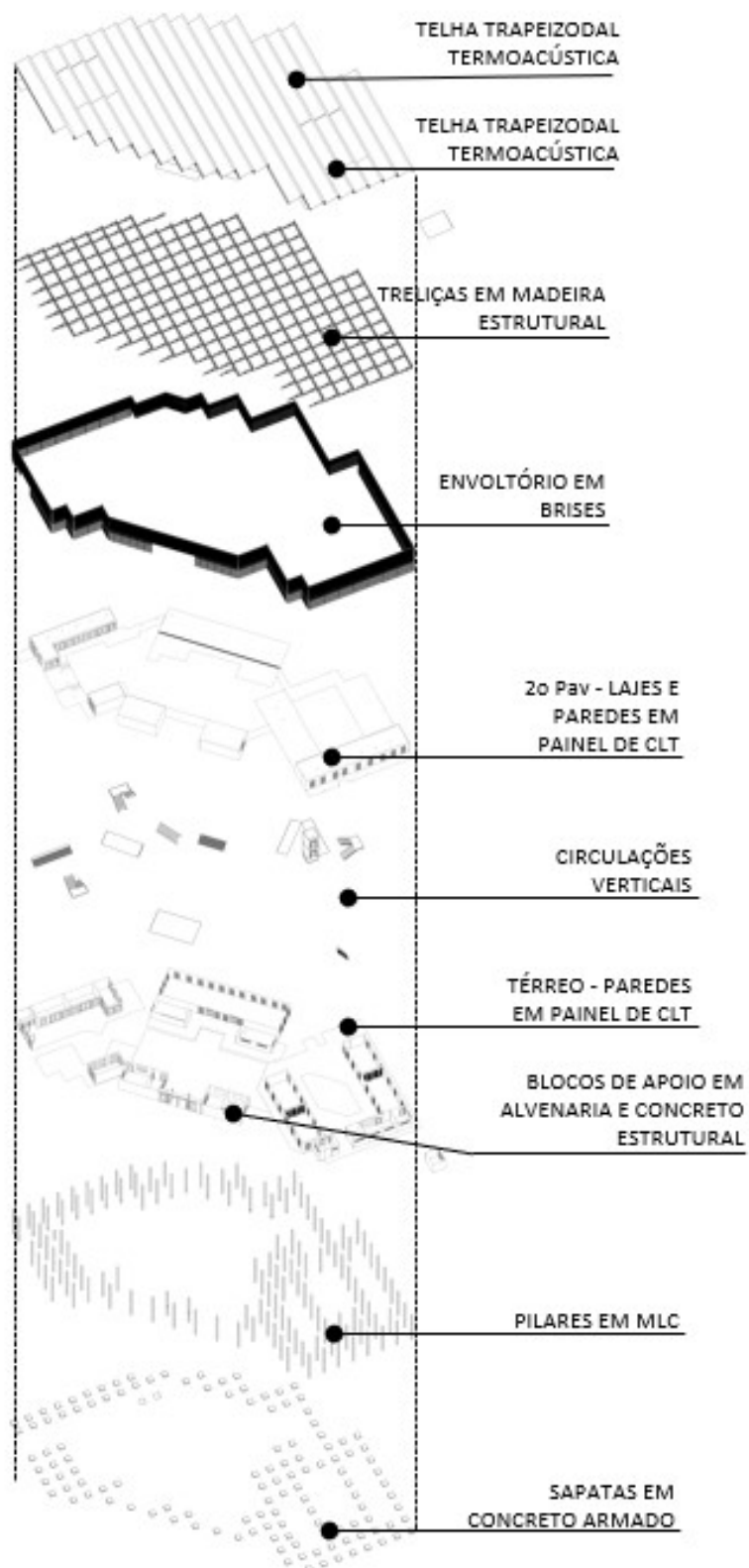
11.6 Estrutura

Como citado anteriormente, a estrutura escolhida foi a madeira engenheirada que serve tanto como estrutura em si dos principais blocos como fechamento. Foram utilizados painéis em CLT (Cross Laminated Timber ou Madeira Laminada Colada Cruzada) para os painéis das paredes e as lajes, por serem painéis estruturantes eles acabam se tornando autoportantes e não necessitam de outros revestimentos para o acabamento em si, somente uma camada de impermeabilização como Impermeabilizante Suvinil Stain Protetor e outras medidas de proteção próprias do material durante a fase de instalação.

Já para a estrutura da cobertura em si que é independente dos blocos também foi utilizado a madeira estrutural, porém, o MLC (Madeira Laminada Colada) que ao contrário do CLT as laminas não são cruzadas, por tanto são mais indicadas para os pilares e vigas por conta da direção das forças que atuam nesse tipo de estrutura.

No blocos de apoio centrais e a guarita 1 foram utilizadas alvenaria convencional e concreto estrutural, destacando assim esses blocos.

Segue abaixo um esquema de cada parte dessa estrutura para maior entendimento da mesma.



11.7 Perspectivas



VISTA DO ESTACIONAMENTO



VISTA DA ENTRADA PRINCIPAL



VISTA DA PRAÇA



VISTA DOS ESPAÇOS MULTIUSO



VISTA DAS SALAS COMERCIAIS



VISTA DO ÁTRIO CENTRAL

12. Conclusão

Após toda a pesquisa realizada sob as bases conceituais do desenvolvimento sustentável e da econômica criativa percebe-se que a cidade de Manaus, apresenta às novas possibilidades que aliem o desenvolvimento em todas as esferas para uma melhor qualidade dos cidadãos como é o caso da Economia Criativa. Compreender a importância de se criar um espaço para que tais atividades e ações que influenciam no desenvolvimento sustentável na capital do Amazonas, que é cercada pela maior floresta tropical do mundo, no entanto vive o paradoxo de não aproveitar as potencialidades que a natureza proporciona.

Existem diversas organizações tanto públicas quanto privadas que já desenvolvem atividades de empreendedorismo voltado para uma economia criativa, espalhadas por toda a cidade de Manaus. Por tanto a criação do HUB proporcionaria a possibilidade de criar esse espaço de concentração de intelecto e cultura dos diversos atores da sociedade, para que troquem ideias, fluxos e assim se desenvolvam e surjam cada vez mais pessoas em engajadas nas causas de desenvolvimento sustentável da cidade. E sua implantação na zona leste de Manaus, torna o espaço ainda mais importante, trazendo um marco arquitetônico numa zona que é margeada e não tão valorizada da cidade.

13. Bibliografia

BITTENCOURT, Ana Lucia; VIEIRA, Ricardo Stanziola e MARTINS, Queila Jaqueline Nunes. Economia verde: conceito, críticas e instrumentos de transição. Artigo apresentado na I Conferência Internacional Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade (Abril de 2012). Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.2, 2º quadrimestre de 2012. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

G1 AM. **Invasões de terras e descaso ambiental ameaçam futuro da cidade de Manaus.** Disponível em: g1.globo.com/am/amazonas/manaus-de-todas-as-cores/2018/noticia/2018/10/24/invasoes-de-terras-e-descaso-ambiental-seguem-ameacando-o-futuro-da-cidade-de-manaus.ghtml. Acesso em: 6 out. 2020.

Documento final Rio +20. <http://rio20.ebc.com.br/wp-content/uploads/2012/06/TheFutureWeWant.pdf>.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**, 5. ed., 3. reimp., São Paulo, Centauro, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LESTRAS, 1995. p. 307-337.

SACHS, Ignacy. **ECODESENVOLVIMENTO : CRESCER SEM DESTRUIR**. Trad. de E. Araujo. - São Paulo: Vértice, 1981.

SEABRA, V; KARNOOP, E; STEIR, R. **O paradoxo do biopoder e a pandemia da covid-19 na amazônia: o caso de Manaus** Política / Revista de Ciencia Política. Vol. 59, No 1, 2021, pp. 35-57

SILVA, A. C. R. **A FORÇA DA ECONOMIA NA TRANSFORMAÇÃO URBANA DA CIDADE BRASILEIRA: O caso das Cidades de Ouro Preto, Santos e Manaus**. 1. ed. MANAUS: [s.n.], 2020. p. 9-17.

FILHO, Raimundo Pereira Pontes. História do Amazonas. Manaus: Editora Cultural do Amazonas, 2000.

LEITE, C; AWAD, J. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LIMA, Diana Patrícia Correia. Hubs Criativos no Norte de Portugal: Análise do seu contributo para fortalecer as Indústrias Culturais e Criativas na região Norte. 2015. 125p. Dissertação de Mestrado — Departamento de Comunicação e Artes, Universidade de Aveiro, Aveiro.

REIS, Ana Carla Fonseca. Cidades Criativas: Análise de um conceito em formação e da pertinência da sua aplicação à cidade de São Paulo. 2011. 297p. Tese de Doutorado — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia. Editora TAQ. São Paulo, 1980.

"Oficina de costura comunitária Amairis / ruta 4 taller" [Taller de costura comunitario Amairis / ruta 4 taller] 07 Mai 2020. ArchDaily Brasil. Acessado 14 Nov 2020. <<https://www.archdaily.com.br/br/938831/oficina-de-costura-comunitaria-amairis-ruta-arquitectura>>

"Vila Flores / Goma Oficina" 24 Mai 2016. ArchDaily Brasil. Acessado 14 Nov 2020. <<https://www.archdaily.com.br/br/788135/vila-flores-goma-oficina>>

Victor Delaqua. "Casa FIRJAN / Lompreta Nolte Arquitetos" 06 Nov 2012. ArchDaily Brasil. Acessado 28 Nov 2020. <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Autor COMO SURTIU o termo Desenvolvimento Sustentável?: Cronologia da evolução da consciência ambiental no mundo. In: Como surgiu o termo Desenvolvimento Sustentável?. [S. l.], 1 nov. 2018. Disponível em: <https://ibijus.jusbrasil.com.br/artigos/680411212/como-surgiu-o-termo-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 16 nov. 2020

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, Creative economy report 2010. Creative economy: a feasible development option. U.N., 2010.